

Relatório de Atividade do Conselho Geral - 2015

Excelentíssimos (as) Associados (as)

O Conselho Geral, no exercício das competências que lhe são conferidas, vem submeter à Assembleia Geral, o relatório de atividade desenvolvida em 2015, para apreciação.

Para a sua elaboração, contámos com a colaboração de todos os restantes órgãos associativos e consolidámos a análise de toda a documentação reportada pelo Conselho de Administração, quer para deliberação quer para emissão de parecer.

Porém, não poderemos deixar de enquadrar este documento, num ano de 2015 em que, ao nível socioeconómico e financeiro, a economia portuguesa evidenciou o processo de ajustamento e até patenteou uma certa recuperação gradual, bem como observou um ténue acréscimo de confiança, apesar de não podermos deixar de afirmar que continuou a não ser um ano fácil.

E, não pode o Conselho Geral deixar de salientar o papel do Montepio Geral Associação Mutualista (adiante designado por «MGAM») no setor mutualista, na economia, na sociedade, na intervenção social e o prosseguimento do seu caminho de ambição, prudência e sempre fiel aos princípios de democracia, equidade e justiça inerentes à sua identidade institucional.

Concluído o exercício relativo ao triénio 2013-2015, o Conselho Geral não pode deixar de realçar a sua convicção de que, apostando na entreaajuda, no rigor, na qualidade e na inovação, como sempre tem feito ao longo da história, venceremos os desafios, e cientes que temos um projeto a cumprir, não nos faltará a determinação, a orientação e a capacidade para, dotados das ferramentas adequadas, gerirmos com rigor e sentido de mudança os novos tempos e que a inestimável dedicação e empenho de todos vai continuar a prosseguir de uma forma cada vez mais solidária.

Síntese das atividades desenvolvidas em 2015

Ao longo do ano de 2015, o Conselho Geral reuniu cinco vezes, seguindo-se a discriminação de todos os aspetos materialmente relevantes que estiveram na génese de cada sessão.

- **Sessão de 12 de março**

De acordo com a ordem de trabalhos desta sessão, procedeu-se, inicialmente, à apreciação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração e às Contas do exercício de 2014 do MGAM, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, matéria de posterior deliberação pela Assembleia Geral, documentos apresentados pelo Conselho de Administração, que iniciou por uma análise mais macro, da economia portuguesa, percorrendo os aspetos conjunturais, e depois da atividade em si da Instituição.

O Conselho de Administração começou por tecer algumas considerações sobre o exercício de 2014, que ficara marcado pela conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) ao país e por uma ténue melhoria da atividade económica, mas ainda fortemente marcada por uma conjuntura económico-social difícil.

Neste contexto, importava realçar o processo de crescimento dinâmico e sustentado do MGAM, que tinha consolidado a sua missão de utilidade pública na oferta de alternativas ajustadas às necessidades da sociedade, como resposta complementar aos sistemas públicos de segurança social e de saúde.

Do desempenho do MGAM em 2014 destacou, entre outros aspetos, o prosseguimento do aumento de associados e a verificação, durante o ano, do incremento das entradas e a redução das saídas bem como do crescimento do número de subscrições.

Em relação à atividade financeira destacou o aumento do ativo líquido e os contributos dos vários indicadores para os resultados apresentados que, embora inferiores aos do

ano anterior, mesmo assim, de acordo com as atuais condições de mercado poderiam considerar-se favoráveis.

Em seguida, o Conselho de Administração salientou as ações levadas a efeito, tais como a inauguração, em 2014, no Porto, do Espaço Atmosfera M, um espaço de cidadania e divulgação do mutualismo, assim como da economia social e, já em 2015, mais concretamente em fevereiro, da inauguração de outro espaço, em Lisboa.

Ainda neste âmbito, foi referido o Clube Pelicas que, de uma forma significativa, vinha a crescer, para além de outras ações, cerca de 159 que, a nível nacional, tinham sido realizadas.

Seguiram-se as intervenções e pedidos de esclarecimentos por parte de alguns conselheiros, tendo o documento em questão obtido o parecer favorável de todo o Conselho Geral.

Dando continuidade à sessão, foi aprovado por unanimidade, o relatório anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Geral, a submeter à Assembleia Geral para apreciação.

Passou-se de seguida a uma tema que o Conselho de Administração apresentou aos senhores conselheiros, para apreciação, tinha e tem a ver com a alteração do quadro regulamentar das instituições de crédito, previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e consubstanciado no Decreto-Lei n.º 157/2014 de 24 de outubro, particularmente para as entidades que ele próprio designa como «instituições de crédito significativas», no elenco das quais se inscreve a Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG»).

Por um lado, verificavam-se desajustamentos entre o texto do RGICSF e os estatutos da CEMG no que dizia respeito à estrutura e composição dos órgãos sociais, o que levou o Conselho de Administração a solicitar ao Conselho Geral, no âmbito das suas competências, que manifestasse a sua opinião sobre a oportunidade e substância das reformas, de acordo com o projeto que apresentava, tendo o Conselho Geral aprovado,

por maioria, a proposta feita pelo Conselho de Administração, no sentido de se propor à Assembleia Geral, a alteração dos estatutos da CEMG tendo como objetivo dar cumprimento às disposições dispostas no quadro regulamentar.

Esta sessão foi dada por terminada após a aprovação do calendário anual das sessões deste órgão associativo, salvaguardando o facto de poderem ocorrer reuniões extraordinárias sempre que tal se justificasse.

- **Sessão de 18 de junho**

Após ter sido dado conhecimento da ausência do conselheiro, Senhor Coronel Costa Braz, por motivos de saúde, deu-se início à sessão com a apreciação da evolução das empresas do Grupo Montepio.

O Conselho de Administração referiu que a Associação Mutualista tinha prosseguido com o aumento da base associativa e que, apesar da taxa de abandono ter crescido ligeiramente, o número médio de associados por balcão tinha aumentado.

Em relação à CEMG, registava-se o facto do número de clientes ter crescido de uma forma interessante, quer ao nível de particulares, quer ao nível de novas empresas bem como as quotas de mercado também terem evoluído muito significativamente, principalmente ao nível do crédito à habitação.

Apesar do contexto de crise económica e financeira que incorporava um conjunto de dificuldades para o desenvolvimento da atividade do Montepio, procurou-se gerir o conjunto do Grupo tendo em atenção os níveis de capitalização ou de fundos próprios de todas as entidades; os níveis de liquidez; o risco de crédito e os custos.

Após a análise e apreciação da atividade do Grupo Montepio, o Conselho Geral expressou a sua preocupação, em termos genéricos, sobre a realidade subjacente, isto é, a consciência de que o Montepio não vivia isolado e que era necessário estar ciente da envolvente em que se processava a sua atividade.

Esta sessão continuou com a apresentação de uma proposta para o Conselho Geral deliberar aprovar a subscrição, por parte do Montepio Geral Associação Mutualista, de unidades de participação do Fundo de Participação da CEMG, a colocar através da oferta particular dirigida ao mesmo MGAM, pelo preço de 1 euro por unidade de participação.

De acordo com o esclarecimento e entendimento do Conselho de Administração, o que estava em causa era a aceitação, por parte da Associação Mutualista, disponibilizar meios para poder subscrever unidades de participação do Fundo de Participação da CEMG.

Apesar dos receios e preocupações transmitidas por alguns dos Senhores Conselheiros, a proposta apresentada foi aprovada por maioria.

- **Sessão de 08 de outubro**

Perante a celebração de mais um aniversário do MGAM a 4 de outubro, o Dr. Vitor Melícias sugeriu aos restantes conselheiros que o acompanhassem num voto de congratulação e gratidão para com os fundadores e todos aqueles que os procederam, bem como os votos de um futuro próspero para a Associação Mutualista, tendo esse voto sido aprovado por unanimidade.

De facto, o Montepio Geral, tem feito o seu próprio percurso, tem a sua própria cultura e os seus próprios valores, mas continua a afirmar-se num ambiente competitivo, em que, a vetores de credibilidade, experiência e solidez reconhecidas, impõe-se ainda realçar a vitalidade que continua a determinar a missão do Grupo Montepio.

Dando início à ordem de trabalhos, o Conselho de Administração, fundamentalmente por intervenção do seu Presidente, fez uma breve apresentação afirmando que, no 1.º semestre de 2015 a economia tinha dado continuidade ao processo de gradual recuperação, como já afirmado neste relatório, perspetivando-se para o final de 2015 uma aceleração do crescimento. A taxa de poupança, que vinha a crescer desde 2010,

mantinha-se em queda mas estimava-se que em 2016 começasse a recuperar. Em relação à taxa de desemprego, embora permanecesse ainda elevada, tinha descido, perspetivando-se uma descida anual acentuada.

A evolução do Montepio no primeiro semestre de 2015 refletia o complexo e adverso contexto de atuação que ainda subsiste, mas que, apesar de se apurar o aumento do número de associados relativamente ao ano anterior, verificaram-se alguns períodos de queda. De igual modo, o número de clientes que passaram a ser associados também atingira um desempenho interessante, com uma melhoria em relação ao ano anterior.

A par destes difíceis desafios de contexto acresce salientar o aumento da exigência ao nível dos requisitos prudenciais no âmbito da Basileia II, com requisitos mais exigentes no que respeita a fundos próprios e na avaliação dos ativos ponderados pelo risco.

Mas, não obstante este contexto, a CEMG continuou a prestar o seu contributo para o desenvolvimento da atividade económica do país, mantendo-se, para tal, fiel à sua missão de banca de retalho, privilegiando as operações de atividade bancária com clientes, na concessão de crédito, na captação de poupanças e na prestação de serviços financeiros a particulares, a pequenas e médias empresas e a entidades da economia social, com as quais tem vindo a manter e a estabelecer novas relações comerciais de crescente proximidade, não deixando de aproveitar as oportunidades de negócio dos mercados financeiros.

O primeiro semestre de 2015 tinha ficado marcado pela implementação de uma estratégia orientada para o reforço do posicionamento do Montepio enquanto instituição financeira de retalho dedicada às famílias e pequenas e médias empresas e ao crescimento do tecido empresarial português, mantendo o compromisso para com outros segmentos de mercado.

Quanto às outras empresas participadas do Grupo Montepio, evidenciou-se, em 2015, o desempenho do Finibanco Angola, que continuava a apresentar resultados favoráveis; o Montepio Crédito com uma evolução muito favorável do resultado; o Montepio Valor com

uma redução das comissões líquidas, situação que estava relacionada com um conjunto de medidas, nomeadamente de natureza prudencial, mas com resultado positivo; o Banco Montepio Geral Cabo Verde com uma melhoria no seu produto bancário e no resultado do exercício. O Montepio Seguros, que tinha apresentado um resultado líquido negativo, enquanto a taxa de sinistralidade melhorara. Na Lusitania Vida existira uma quebra de produção mas que, apesar de tudo, os custos com sinistros mantiveram-se. A Futuro, que vira a sua carteira aumentada tendo as comissões melhorado em relação ao período anterior, assim como o resultado operacional. O Montepio Gestão de Activos tinha ativos sob gestão alinhados com os valores do semestre do ano anterior, em que as comissões líquidas tinham caído ligeiramente.

Quanto às restantes empresas, na sua maioria, tinha sido mantido o mesmo nível de desempenho, comparativamente ao período homólogo do ano anterior.

Usando a palavra, os conselheiros fizeram algumas considerações e transmitiram as preocupações inerentes aos resultados desfavoráveis fruto da conjuntura que conduziu a uma falta de confiança dos associados, sendo necessário tomar consciência que uma instituição como o Montepio tinha como base, ainda mais do que outras, a confiança e a credibilidade e assim sendo, era preciso continuar a resistir a ataques vindos do exterior e também do interior.

Após as várias intervenções, este ponto da ordem de trabalhos foi aprovado favoravelmente por maioria.

Seguindo-se a ordem de trabalhos, foi apresentado o pedido de renúncia a cargos do Conselho Geral para aceitação e o chamamento de membros substitutos dos membros renunciantes, dando cumprimento ao estipulado estatutariamente, no sentido de este órgão conceder ou negar a escusa relativamente ao exercício de cargos.

Considerando o caso de impedimento definitivo para o exercício de funções, como ocorre com a renúncia às mesmas, foi deliberado, e aprovado por unanimidade, chamar a substituir os Senhores Conselheiros, Coronel Manuel da Costa Braz, Sr. Dr. Eugénio Óscar Garcia Rosa e o Sr. Dr. Fernando Lopes Ribeiro Mendes pelo Sr. Dr. José Joaquim Rosa, Sr. Carlos Areal e Sr. Dr. Cassiano Calvão respetivamente.

De salientar que considera-se a referência a esta aceitação de renúncia de mandato, neste relatório, como comunicação à Assembleia Geral, para todos os efeitos.

Antes de terminar esta sessão, o Conselho de Administração informou que estivera agendado para ser aprovado no mesmo Conselho de Ministros em que fora aprovada a lei das caixas económicas, a questão relacionada com o Código Mutualista e a sua atual posição, mas até ao presente sem sucesso, apesar de já terem sido apresentadas opiniões e argumentações contrárias à lei.

- **Sessão de 09 de novembro**

Relativamente às Linhas Gerais de Orientação Estratégica e dos Planos Plurianuais para o triénio 2016/2018, o Conselho Geral apreciou minuciosamente o acervo de documentação que lhe foi facultada, cuja elaboração e apresentação esteve a cargo do Conselho de Administração, que começou por enquadrar os objetivos, as orientações e as medidas propostas tendo em vista mitigar os impactos dos riscos e concretizar as linhas de desenvolvimento.

O Conselho de Administração começou por referir que o Plano Estratégico para o próximo ano era fortemente influenciado pela leitura feita relativamente aos desafios a confrontar no próximo triénio. Um dos grandes desafios tinha a ver com a questão de governo do próprio Grupo, a qual decorria de um quadro regulamentar que se aplicava à CEMG e do previsível novo quadro regulamentar que se iria aplicar à Associação Mutualista.

Neste contexto salientou que, em 2013, tinha-se concretizado a primeira etapa do processo de especialização dos órgãos de governo entre a CEMG e o MGAM e que a partir de julho de 2015, com a entrada dos novos estatutos da CEMG, os membros do Conselho Geral e de Supervisão e o Presidente do Conselho de Administração Executivo passaram a ser eleitos pela Assembleia Geral da CEMG. Em agosto, com a eleição dos membros dos novos órgãos de governo, as duas instituições passaram a ter órgãos de gestão e de fiscalização especializados.

Outro desafio tinha a ver com a estratégia para a Associação Mutualista que, ao longo de mais de 170 anos, tem vindo a desenvolver uma oferta de natureza financeira, complementar da segurança social pública, criando esquemas de proteção para os seus associados.

As exigências e necessidades modernas, a crise do estado social e a necessidade de proteção financeira, eram um grande desafio para o Montepio que, naturalmente, implicaria a modernização da oferta, de uma forma determinada, tendo sempre presente o objetivo de proteger o património da Associação Mutualista e os seus associados.

A ideia de aprofundar o que tem sido feito e enquadrar esse aprofundamento num quadro de parceria com as instituições da economia social era algo que fazia sentido.

Outro aspeto relevante tinha a ver com a dinamização da vida associativa que necessitava de ser ainda mais impulsionada. Com a aprovação do novo Código Mutualista passaria a existir um novo modelo de governo e assim uma dinamização mais efetiva.

Assim, no essencial, estes eram os grandes desafios a enfrentar no próximo triénio em que as Linhas de Orientação Estratégica para o triénio 2106-2018 evidenciavam:

1. Prosseguir o crescimento e a fidelização da base associativa;
2. A melhoria da adequação das modalidades;
3. Reforçar a identidade própria e a promoção do mutualismo e da economia social;
4. Desenvolver o modelo de governo e o sistema de controlo interno;
5. Ajustar o funcionamento e a organização do grupo;
6. Desenvolver o potencial do grupo e assegurar o alinhamento estratégico das suas entidades.

Colocado o assunto em discussão, e de entre elogios à exposição apresentada pelo Conselho de Administração, destacaram-se as inerentes preocupações a serem vividas

pelo Grupo Montepio, nomeadamente, a transposição da diretiva Solvência II e a nova lei das Caixas Económicas.

Outros dos desafios e preocupações expressos pelos senhores conselheiros era a concretização das linhas de orientação estratégica, nomeadamente o seu ponto 6. acima referido.

Cientes dos tempos que se avizinham, esse desafio e preocupação estava relacionado com a necessidade de ter pessoas bem preparadas, com base na formação e na informação, por forma a dar resposta à nova filosofia do Montepio.

Terminada a discussão e a contribuição de todos para o documento em análise, o Conselho Geral, dentro da sua competência deliberativa, aprovou o mesmo por maioria.

- **Sessão de 11 de dezembro**

Na sequência do que se disse nas anteriores sessões sobre a conjuntura macroeconómica e a sua repercussão na atividade do Montepio, o Programa de Ação e Orçamento da Associação Mutualista para 2016, matéria de deliberação em Assembleia Geral, teve por base, na sua elaboração, uma visão realista e, em linha de conta, a evolução do enquadramento global económico e financeiro.

O Conselho de Administração salientou também que, ao nível do quadro regulamentar, havia a salientar a publicação da nova lei das caixas económicas, decreto-lei n.º 190/2015 de 10 de setembro, com a classificação da Caixa Económica Montepio Geral em Caixa Económica Bancária, bem como da perspetiva de outras alterações significativas resultantes da esperada revisão do código mutualista e a transposição da diretiva de Solvência II.

Conscientes dos desafios de natureza económica e social acrescem os desafios relacionados com crescentes exigências regulamentares, prudenciais e de controlo interno.

Neste contexto o Programa de Ação proposto pelo Conselho de Administração, tendo em vista dar cumprimento às Linhas de Orientação Estratégica (LOE's) aprovadas para o triénio 2016-2018, apontava para 2016:

1. O crescimento sustentado dos associados e das receitas associativas líquidas, prosseguindo o crescimento do número de associados com vista a obter um milhão de associados a médio prazo, aumentando a penetração de subscrições de modalidades na base de associados, continuando o aproveitamento do potencial dos canais utilizados anualmente, incrementando a utilização dos canais eletrónicos ao dispor do grupo e estruturando soluções para a subscrição de modalidades a partir de outras entidades, como parceiros da área social;
2. A melhor adequação das Modalidades, procedendo à revisão das condições e adaptando-as às condições do mercado. Renovar a oferta, criando modalidades mais flexíveis, inovadoras e de fácil adesão;
3. O desenvolvimento da Oferta: serviços e equipamentos sociais do Grupo, prosseguindo a oferta de novos equipamentos na área de cuidados e das residências;
4. A intensificação da vinculação e aprofundamento da relação associativa;
5. O reforço da identidade própria e a promoção do mutualismo;
6. O desenvolvimento do modelo de governo e do sistema de controlo interno;
7. A continuação da política de cooperação e de intervenção social;
8. O ajustar do funcionamento e da organização do Grupo;
9. O desenvolvimento do potencial do Grupo e assegurar o alinhamento estratégico das suas entidades, procedendo aos investimentos e desinvestimentos que se revelem necessários para mitigar riscos, otimizar recursos e majorar a criação de valor.

Face ao exposto, vários conselheiros intervieram, alguns dos quais com a colocação de dúvidas sobre as quais solicitaram esclarecimentos.

Perante as dúvidas levantadas pelo Conselho de Administração esclareceu existir uma gestão especializada para o MGAM e para a CEMG, que, obviamente, gozava de alguma autonomia. Tal como nas empresas, os conselhos de administração não eram totalmente autónomos relativamente ao capital.

O Conselho Geral foi também informado pelo Conselho de Administração que no início de 2016 iriam dar início a reuniões com os diversos órgãos de administração das diversas empresas do Grupo a fim de transmitir a estrutura a implementar. Mas, o Conselho de Administração quis também aproveitar a ocasião para expressar a sua indignação pelas várias atitudes que se tomaram relativamente à Instituição, que nada tinham a ver com o modo como se devia e deve viver a democracia interna, por ocasião do ato eleitoral.

E, para concluir, o Conselho de Administração apelou aos senhores conselheiros no sentido de proporem, em concreto, soluções, para minimizar e/ou resolver os problemas existentes.

Dando continuidade à ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação das contas consolidadas, referentes ao exercício de 2014, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, que aprovara o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo, com o qual passou a ser exigida a elaboração e divulgação de contas consolidadas.

O Conselho de Administração salientou que estas contas tinham por base as contas individuais de cada entidade do Grupo MGAM, grupo esse, constituído por um conjunto de entidades nas quais o MGAM detinha a totalidade ou a maioria do capital e dos direitos de voto e sobre as quais exercia total controlo. Eram entidades que tinham sido criadas ou adquiridas com a finalidade de contribuir para os fins mutualistas revestindo-as de elevada importância estratégica.

Para além destas entidades, estavam ainda englobadas, no perímetro de consolidação do MGAM, outras entidades, nas quais existia uma participação no capital, direta ou

indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais o MGAM exercia o controlo ou tinha influência significativa na sua gestão.

Após a exposição do Conselho de Administração e do parecer favorável, por parte do Conselho Fiscal, foi o referido documento considerado favoravelmente, por maioria dos senhores conselheiros.

Ao dar por concluído o presente Relatório, o último do triénio, o Conselho Geral exprime o seu agradecimento por todas as atenções que lhe foram dispensadas pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal e congratula-se pela forma criteriosa como os processos e os documentos foram apresentados, peças que sustentaram as deliberações tomadas e muito contribuíram para facilitar o cumprimento das competências estatutariamente atribuídas a este órgão.

Lisboa, 15 de março de 2016

O Presidente do Conselho Geral

Vitor José Melícias Lopes